

1 No dia 26 de fevereiro de dois mil e oito, no auditório do CGEN, sito à SCEN trecho 2, Edifício
2 Sede do IBAMA, em Brasília-DF, deu-se a abertura da 28ª Reunião Ordinária da Comissão
3 Nacional do Meio Ambiente, CONABIO. Estavam presentes os seguintes membros da Comissão:
4 Sr. **Braulio Ferreira de Souza Dias** (Secretário Executivo), representante do Ministério do Meio
5 Ambiente – MMA; Sra. **Iolita Bampi** (suplente), representante do Instituto Brasileiro de Meio
6 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Sr. **Bruno Machado Teles Walter**
7 (suplente) representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sr.
8 **Herbert Otto Schubart** (suplente), representante do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT;
9 Sr. **Marco Aurélio Pavarino** (titular), representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário –
10 MDA; Sr. **Rosalvo de Oliveira Junior** (suplente), representante do Ministério da Integração – MI;
11 Sr. **André Costa Misi** (suplente), representante do Ministério das Relações Exteriores; Sra. **Márcia**
12 **Chame dos Santos** (titular) e Sr. **André Fenner** (suplente), representantes do Ministério da Saúde
13 – MS; Sr. **Marcelo Barbosa Sampaio** (titular), representante da Secretaria Especial de Aquicultura
14 e Pesca da Presidência da República – SEAP; Sra. **Sônia Machado de Campos Dietrich**
15 (suplente), representante da Academia Brasileira de Ciências - ABC; Sr. **Rodrigo Justus de Brito**
16 (suplente), representante da Academia Brasileira de Ciências – ABC; Sr. **Nelson Ananias Filho**
17 (titular), representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Sra. **Elisa**
18 **Romano Dezolt** (suplente), representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sra.
19 **Joênia Batista Carvalho** (suplente), representante da Coordenação das Organizações Indígenas da
20 Amazônia Brasileira – COIAB; Sra. **Fani Mamede** (titular), representante da Confederação
21 Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Sr. **César Victor do Espírito Santo**
22 (suplente), representante das Organizações Não-Governamentais Ambientais indicada pelo
23 Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; Sr. **Aladim**
24 **de Alfaia Gomes** (suplente), representante do Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE;
25 Sr. **Miguel Pedro Guerra** (titular), representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da
26 Ciência – SBPC e a convidada Sra. **Paula Tavares**, representante do Ministério da Defesa.
27 Também estavam presentes, pela Secretaria Executiva da CONABIO, a Sra. **Érica Frazão Pereira**,
28 Sra. **Gláucia Jordão Zerbini** e o Sr. **Felipe Diniz**; a Srta. **Andreína Valva** e o Sr. **Hélio Cunha**,
29 do Departamento de Conservação da Biodiversidade - SBF/MMA. A pauta da reunião compreendeu
30 os seguintes itens: **1. ABERTURA; 2. APROVAÇÃO DA PAUTA; 3. APROVAÇÃO DA ATA**
31 **da 27ª Reunião Ordinária da CONABIO; 4 ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: 4.1**
32 **Diretrizes e Critérios de Elegibilidade para Proposta de Incorporação da Temática**
33 **Conservação e Biodiversidade nos Fundos Constitucionais (CTPPANBio); 5. ASSUNTOS**

34 **PARA DISCUSSÃO: 5.1 Planejamento CONABIO – 2008; 5.2 Problemática da instalação de**
35 **assentamentos nos limites do Parque Nacional da Serra da Capivara; 6. INFORMES: 6.1**
36 **Reunião de Consulta Nacional à Comunidade Científica sobre Mecanismos de Avaliação**
37 **Científica para Subsidiar a Tomada de Decisões Políticas; 6.2 Resposta da Funai à solicitação**
38 **da CONABIO sobre os empreendimentos do PAC e as áreas dos índios isolados; 7.**
39 **ASSUNTOS GERAIS; 8. ENCERRAMENTO.** O Sr. **Braulio Dias** deu início à reunião às 10h28
40 com a aprovação da pauta por unanimidade, com 15 votos, após alteração na ordem dos assuntos e
41 sugestões de inclusões de temas pela Sra. **Iolita Bampi/IBAMA** – relato sobre a Câmara Técnica
42 Temporária de Biocombustíveis e Biodiversidade - CTTBB; pelo Sr. **Marcos Pavarino/MDA** –
43 questão de créditos agrícolas; pela Sra. **Sônia Dietrich/ABC** – acesso à repartição de recursos
44 genéticos; pelo Sr. **Rosalvo de Oliveira Júnior/MI** – reforma tributária; pela Sra. **Elisa Dezolt/CNI**
45 – reuniões preparatórias da COP9. Passou-se para a aprovação da ata da 27ª Reunião Ordinária da
46 Comissão. Foram feitas algumas sugestões de gramática e ajuste de um parágrafo. A ata foi
47 aprovada por unanimidade. O Sr. **Braulio Dias** passou para o primeiro item deliberativo da pauta,
48 os fundos constitucionais. A Sra. **Iolita Bampi** disse que algumas sugestões feitas pelo IBAMA não
49 haviam sido incorporadas, sendo esclarecida que a parte inicial do documento foi retirada do sítio
50 eletrônico do Ministério da Integração e que se trata de uma introdução informativa para os
51 membros da CONABIO e, que não constará no documento final. Solicitou então que fosse colocado
52 como comentário geral. Sugeriu que no último parágrafo fosse substituída a expressão “mini e
53 pequenos produtores rurais” por agricultores familiares, conforme definição na Lei 11.236/06. O Sr.
54 **Marco Pavarino** e a Sra. **Elisa Dezolt** concordaram que a expressão fosse retirada do sítio
55 eletrônico e que a expressão usada constava na Lei. Depois, disseram juntamente com o Sr. **Nelson**
56 **Ananias Filho** que a sugestão já havia sido incorporada no item 16 do documento. A Sra. **Márcia**
57 **Chame** considerou ser importante colocar no início do documento “uso de matérias primas de
58 forma sustentável”. Questionou se os planos regionais de desenvolvimento se encontram no sítio
59 eletrônico. O Sr. **Marcos Pavarino** disse que ainda não estão disponíveis por não estarem prontos.
60 O Sr. **Braulio Dias** esclareceu que a lei manda que à medida que os documentos forem concluídos
61 serão implementados. O Sr. **Rosalvo de Oliveira Júnior** pediu que fosse feito um parágrafo sobre
62 atendimento dos povos indígenas e comunidades tradicionais com economias informais e que as
63 propostas fossem focadas mantendo a relação com a biodiversidade. O Sr. **Aladim Gomes**
64 considerou a necessidade de redução da burocracia nos fundos e citou o exemplo de que na pesca
65 não se deve financiar novos barcos, mas apenas recuperar os existentes, assim como a garantia de
66 tecnologia para assegurar o homem no campo com métodos que não agriam o meio ambiente e,

67 assim como existe o calendário agrícola, sugeriu a criação de um calendário para pesca. Disse ainda
68 que os agentes financeiros dos fundos deveriam ter técnicas para assessorar os tomadores de crédito
69 na incorporação de diretrizes. O Sr. **Braulio Dias** sugeriu propor a elaboração de manuais técnicos
70 para orientar os tomadores dos fundos a incorporar diretrizes da CONABIO. O Sr. **Marcelo**
71 **Sampaio** referenciou que a atividade agricultura familiar já estava contemplada dentro do parágrafo
72 discutido pela Sra. Iolita Bampi. Em relação ao termo “intensivamente”, sugeriu colocar como
73 comentário geral o que caberia interpretar como vertente mais sustentável do ponto de vista da
74 CONABIO. O Sr. **Rosalvo de Oliveira Júnior** chamou a atenção de que não se pode transformar a
75 comissão num debate de questões jurídicas, pois as discussões devem ter mais caráter político para
76 a elaboração de diretrizes. A Sra. **Iolita Bampi** acrescentou que as questões jurídicas devem
77 caminhar junto com as questões técnicas. Entrou-se num consenso de que a comissão deveria
78 analisar diretriz por diretriz. O Sr. **Miguel Guerra** sugeriu no item 1 a palavra sustentável e o Sr.
79 **Herbert Schubart** incluir visando “ao” desenvolvimento e a integração, o que foi acatado por
80 unanimidade. O Sr. **Nelson Ananias Filho** solicitou para aqueles que enviaram sugestões ao texto,
81 que explicassem as sugestões. No item 2, a palavra cultural, sugerida pela Sra. **Fani Mamede**, foi
82 explicada devido ao fato dos recursos serem destinados ao crédito rural, devendo-se respeitar
83 transversalmente projetos como dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais,
84 sendo a proposta de redação aprovada por unanimidade. O Sr. **Marcelo Sampaio** fez sugestões para
85 o item 3 de focar na ampliação da capacidade de investimento do FNE e a tradução da palavra
86 *funding* para o português. As propostas foram aprovadas por unanimidade. Na diretriz 4, o Sr.
87 **André Fenner** sugeriu acrescentar a palavra socioambientalmente antes de práticas e, após alguma
88 discussão sobre a interpretação, resolveu-se acatar a sugestão do Sr. **César Victor** “práticas
89 ambientalmente sustentáveis e socialmente justas”. Na diretriz 5, discutiu-se a proposta do Instituto
90 Chico Mendes acrescentado no final a expressão “buscando a fixação dos produtores rurais no
91 campo”. A Sra. **Joênia Carvalho** sugeriu acrescentar a palavra “indígenas” na segunda linha ao se
92 referir aos povos. Houve uma discussão se isso não estaria favorecendo o incentivo à economia
93 informal e a Sra. **Márcia Chame** aconselhou a Sra. Joênia Carvalho a pensar na perspectiva dos
94 povos indígenas buscarem a formalidade, visto que isso auxiliaria esses povos e as comunidades
95 tradicionais no processo de aquisição de fundos. A Sra. **Fani Mamede** sugeriu substituir a
96 expressão “economia informal” por “economia local”, que foi acatada por 6 votos. O Sr. **Braulio**
97 **Dias** criou uma outra proposta de redação para o item 5, chamada de 5 BIS e a Sra. **Joênia**
98 **Carvalho** propôs outra redação dita 5 BIS2, que foi aprovada com 6 votos. O Sr. **Bruno Walter**
99 disse que mudar a palavra incentivo por atendimento mudaria o foco. Por 7 votos a favor e 3

100 contrários o item 5 de diretrizes ficou com a palavra atendimento. Votou-se em seguida pela
101 manutenção da expressão povos indígenas no item 5, sendo aprovado por 11 votos. Foi
102 acrescentada a palavra manutenção antes de economia local, ganhando por 7 votos favoráveis e 3
103 contrários. Foi adicionada por 11 votos favoráveis a expressão “bem como incentivos para a
104 formalização da economia informal”. O ICMBio propôs a expressão “buscando a fixação dos
105 produtores rurais no campo”, aprovada com 11 votos. Foi dada uma pausa para o almoço. Após o
106 almoço o Sr. **Braulio Dias** apresentou a Sra. Paula Tavares como representante observadora do
107 Ministério da Defesa. O Sr. **Aladim Gomes** argumentou que a Comissão deveria fazer propostas
108 macros ao invés de dar tantos detalhes, o que foi acatado pelo Sr. **Braulio Dias**, que disse que
109 através dessas recomendações a intenção seria ajudar a promover um uso mais sustentável dos
110 recursos do Fundo e, que eventualmente, poder-se-ia sugerir ao Ministério da Integração e aos
111 bancos, a elaboração de um manual técnico de orientação de como incorporar vários desses
112 princípios e diretrizes em nível técnico. O Sr. **Rosalvo Júnior** falou que a Comissão não deveria
113 discutir os modelos de desenvolvimento, sociológicos, dentre outros, e sim apresentar o que acredita
114 que a estrutura do Estado tenha condições de fornecer. O Sr. **Braulio Dias** concluiu a discussão
115 dizendo que o próprio documento de orientação dos fundos e as diretrizes dos fundos é uma
116 instância importante e que talvez a Comissão pudesse agregar alguns parágrafos, como por
117 exemplo, sugerir ao Ministério da Integração a elaboração de manuais orientação prática, sendo esta
118 uma oportunidade de capturar algumas dessas preocupações mais operativas. A diretriz 6 foi
119 colocada em votação, visto que não havia nenhuma sugestão de alteração e foi aprovada por
120 unanimidade. A sétima diretriz recebeu uma proposta da Contag e outra do IBAMA - Chico
121 Mendes. A Contag propôs substituir a palavra “sócio-ambientais” pela expressão “qualificar melhor
122 a questão da avaliação para incluir as questões sociais, econômicas culturais e ambientais”. A Sra.
123 **Márcia Chame** sugeriu colocar “definir parâmetros sócio-ambientais para avaliação, fiscalização e
124 monitoramento”. O Sr. **Braulio Dias** colocou cada sugestão em votação separadamente, votando
125 primeiro considerar as questões *versus* definir parâmetros, sendo aprovada a segunda opção por
126 doze votos a dois. A segunda questão em voto foi manter a expressão sócio-ambientais ou seguir a
127 proposta da Contag de adotar “questões sociais, econômicas, culturais e ambientais”, sendo
128 aprovada a manutenção da redação original por seis votos a cinco. Ficou entendido pela Sra. **Iolita**
129 **Bampi** que a proposta do IBAMA já estaria contemplada com a redação previamente aprovada,
130 sendo então retirada. Na diretriz oito foi apresentada uma proposta do IBAMA/Chico Mendes, que
131 propôs o estabelecimento de critérios que assegurem a manutenção das práticas culturais e sociais e
132 elegibilidade na pontuação para a seleção dos projetos financiados. O Sr. **Nelson Ananias** sugeriu

133 manter o texto original. A Sra. **Márcia Chame** acatou essa sugestão complementando que
134 assegurar a manutenção das práticas culturais, pode ser conflituoso, pois às vezes, as práticas
135 culturais da agricultura são insustentáveis. O texto original foi aprovado por treze votos, porém,
136 acrescentando, após alguma discussão, o adjetivo indígenas designando povos, a pedido da Sra.
137 **Joênia Carvalho**. O nono item recebeu propostas da Contag e do IBAMA/Chico Mendes. Com
138 relação à proposta da Contag a Sra. **Márcia Chame** sugeriu a substituição da palavra “considerar”
139 por “aplicar os preceitos” e, em relação à proposta do IBAMA/Chico Mendes, propôs a manutenção
140 da redação original. A diretriz oito foi aprovada apenas retirando a palavra “considerar”. Passou-se
141 à diretriz 10 com a proposta do IBAMA/Chico Mendes “estabelecimento nos critérios, valorizando
142 ações de conservação e uso sustentável da biodiversidade quando da seleção de projetos financiados
143 pelo fundo”. O Sr. **Miguel Guerra** sugeriu retirar a palavra “considerar”. O Sr. **Aladim Gomes**
144 sugeriu “garantir em todos os projetos a conservação do uso sustentável da biodiversidade”. Os Srs.
145 **Marcelo Sampaio** e **Marcos Pavarino** concordaram que deixar a expressão “em todos os projetos”
146 seria inviável. A Sra. **Márcia Chame** propôs fundir a diretriz dez com a onze. Para tentar um
147 consenso o Sr. **Miguel Guerra** propôs não trocar “promover” por “incentivar ações de conservação e
148 uso sustentável para todos os projetos”. O Sr. **Bruno Walter** propôs a redação “promover ações de
149 conservação e uso sustentável da biodiversidade nos projetos financiados pelo fundo” e a Sra.
150 **Márcia Chame** sugeriu “priorizar projetos que apresentem ações para conservação e uso
151 sustentável da biodiversidade”. O Sr. **Braulio Dias** argumentou que isso mudaria o sentido da
152 diretriz e abriu para votação as palavras “considerar” e “garantir”, vencendo por sete votos a
153 primeira. Depois colocou a proposta do Sr. **Marcos Pavarino** de acrescentar a palavra “ações”,
154 aprovada por seis votos. O Sr. **Braulio Dias** disse que a diretriz 10 estava ficando bem mais
155 específica e, que para fechá-la, ou se mantinha a expressão original “em todos os projetos”, ou se
156 consideraria a alternativa “nos projetos”. Após discussão aprovou-se a redação original. A diretriz
157 11 teve uma observação da Contag e, do IBAMA/Chico Mendes. A Sra. **Eliza Dezolt** disse que não
158 se pode ter como diretriz para um projeto de desenvolvimento econômico garantir a conservação e
159 concordou com a proposta da Contag de exclusão. O Sr. **Braulio Dias** sugeriu que se construísse
160 uma diretriz geral, como “o conjunto dos projetos financiados pelo fundo não deve provocar a
161 extinção de espécies ameaçadas”. A Sra. **Iolita Bampi** achou muito específico e sugeriu “impactos
162 negativos na biodiversidade”, porém o Sr. **Braulio Dias** propôs colocar isso na seção de restrições.
163 O Sr. **Bruno Walter** sugeriu a redação “foco em projetos que não provoquem impactos negativos
164 na biodiversidade ou extinção das espécies”. Discutiu-se a inclusão do desmatamento nessa
165 proposta e seu caráter restritivo. O Sr. **Braulio Dias** listou então as propostas levantadas, delatar o

166 parágrafo 11, caminhar na direção da proposta do Sr. Bruno Walter ou de um olhar agregado. O Sr.
167 **Marco Pavarino** sugeriu a redação “foco em projetos de menor impacto negativo na biodiversidade
168 e que não promovam a extinção de espécie”. Como não houve consenso, o Sr. **Braulio Dias** sugeriu
169 suspender a discussão do item e ver o conjunto das outras diretrizes para pensar na possibilidade de
170 realmente delatar. O Sr. **Aladim Gomes** questionou se os itens 12 e 13 tinham a ver com a questão
171 da biodiversidade, visto que estavam dando uma orientação como se os Conselhos já existissem.
172 Argumentou que talvez não se tivesse chegado a um consenso por não reconhecerem que seja uma
173 questão de biodiversidade. O Sr. **Rosalvo Júnior** concordou e acrescentou que a Comissão deveria
174 focar nas questões específicas da biodiversidade. Sugeriu ainda que se devessem separar as
175 diretrizes em específicas da biodiversidade e aquelas não específicas, encaminhando-as com essa
176 divisão. A Contag retirou a contribuição para o item 13. O Sr. **Braulio Dias** concordou com o Sr.
177 Aladim Gomes que todos os Fundos deveriam possuir um Conselho, o que não ocorre no momento
178 e, sugeriu retirar a diretriz 12 e manter a 13. A Sra. **Elisa Dezolt** disse que a composição dos
179 conselhos deliberativos está prevista em lei e que isso seria mexer na Lei complementar, o que
180 considera impossível e melhor descartar a diretriz. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu que o que não está
181 previsto na Lei, é que os Conselhos sejam paritários e garantam a inclusão dos movimentos sociais
182 e ambientais. A Sra. **Iolita Bampi** sugeriu então deixar a diretriz 12 e, o Sr. **Rosalvo Júnior**
183 complementou que acho que a Comissão deveria manter algum tema que fizesse referência a
184 questão dos conselhos, entendendo que a participação dos movimentos sociais no conselho
185 contribui positivamente para o uso e conservação da biodiversidade. O Sr. **Braulio Dias** sugeriu
186 entrar em votação sobre as possibilidades levantadas para as diretrizes 12 e 13. O Sr. **Marco**
187 **Pavarino** contribuiu com mais uma sugestão de externar nos comentários gerais que esses
188 Conselhos devam ser paritários, devido à representatividade necessária e a questão dos movimentos
189 ambientalistas ou sociais. Após alguma discussão o Sr. **Braulio Dias** esclareceu que a diretriz 12
190 constava do documento do Fundo do Nordeste e que a diretriz 13 foi gerada a partir das discussões
191 da Câmara Técnica do PAN-Bio e sugeriu colocar em votação a complementação da diretriz 12,
192 fazendo menção a órgãos gestores ou conselhos deliberativos e fortalecimento do capital social,
193 sendo então aprovado por 9 votos a 3 e cortada a sugestão feita pelo IBAMA / Instituto Chico
194 Mendes. Em seguida foi colocada em votação a proposta do Sr. Marco Pavarino de não se ter um
195 parágrafo de diretrizes sobre o assunto, mas aproveitar esses elementos numa redação de um
196 parágrafo de encaminhamento, o que foi aprovado por unanimidade. A Sra. **Márcia Chame** sugeriu
197 voltar à diretriz 11, colocando a proposta “foco em projetos que não provoquem a extinção de
198 espécies ou impactos negativos permanentes na biodiversidade”, sendo esta proposta aprovada por

199 9 votos favoráveis, fazendo-se constar em ata a abstenção do Sr. **Marcelo Sampaio**, que disse faltar
200 complementação à redação. Concordaram com essa complementação o Sr. **Aladim Gomes** e a Sra.
201 **Joênia Carvalho**. O Sr. **Braulio Dias** considerou que se deixasse como uma opção para
202 reconsiderar, dando a oportunidade, que ao final desse debate das diretrizes, de refletir melhor nessa
203 questão. Passou-se à discussão da diretriz 14 e da proposta de redação do IBAMA/Chico Mendes. O
204 Sr. **Miguel Guerra** considerou o item impreciso, vago, assim como todas as considerações nele
205 contidas estão contempladas em outras diretrizes, sugerindo sua retirada. O Sr. **Aladim Gomes** e a
206 Sra. **Iolita Bampi** pediram esclarecimento se o item estava falando das linhas temáticas ou da
207 abrangência geográfica do fundo. A Sra. **Márcia Chame** concordou que a redação estava confusa e
208 disse que seu entendimento era que a idéia era direcionar o Fundo para apoiar ações no semi-árido
209 no nordeste inteiro, incluindo os enclaves de outros biomas. O Sr. **Bruno Walter** externou sua
210 preocupação da necessidade de se considerar as especificidades da biodiversidade da área de
211 atuação do fundo. O Sr. **Miguel Guerra** sugeriu a redação “considerar as especificidades regionais
212 da biodiversidade”. O Sr. **Rosalvo Júnior** enfatizou que a questão a ser destacada era o semi-árido.
213 O Sr. **Braulio Dias** esclareceu que a ponderação que se estava fazendo era de que se poderia
214 especificar o semi-árido, dando destaque, mas que isso seria feito a custo de outros ecossistemas. A
215 Sra. **Márcia Chame** pediu que fossem destacados projetos no semi-árido que priorizem as espécies
216 que já estão adaptadas para o seu uso. O Sr. **Bruno Walter** sugeriu manter a redação original até
217 “fundo” e colocar “incluindo todos os biomas da região” e, dessa forma, se consideraria as
218 especificidades da biodiversidade em todas as áreas de atuação do fundo e todos os biomas da
219 região. Após alguma discussão o Sr. **Braulio Dias** concordou com o que o Sr. **Marco Pavarino**
220 disse e sugeriu colocar em votação a redação “considerar as especificidades da biodiversidade em
221 todas as áreas de atuação do fundo”, aprovada por 11 votos a favor e apenas um contrário. Passou-
222 se à discussão da diretriz 15, “considerar a ecofisiologia e ecologia dos organismos vivos na
223 definição dos prazos e valores do financiamento” e as observações do IBAMA/Chico Mendes e
224 Ministério do Meio Ambiente. O Sr. **Braulio Dias** questionou se já não estaria contemplada na
225 diretriz anterior. O Sr. **Rosalvo Júnior** sugeriu manter o item como ênfase. A Sra. **Sônia Dietrich**
226 explicou que essa diretriz apresentava a parte de definição dos prazos e valores de financiamento,
227 coisa que as outras não consideram. O Sr. **Braulio Dias** concordou com o que disse a Sra. **Eliza**
228 **Dezolt**, sobre essas diretrizes não se aplicarem apenas aos bancos que vão implementar, mas
229 também aos tomadores, que vão ter que apresentar propostas. Houve uma discussão com a
230 expressão “ecofisiologia”. A Sra. **Iolita Bampi** sugeriu a exclusão da diretriz. O Sr. **Miguel**
231 **Guerra** concordou em ser econômico, porém se a diretriz continuar, sugeriu, juntamente com o Sr.

232 **Herbert Schubart** utilizar a expressão “considerar condições edafoclimáticas e a interação solo-
233 clima”, retirando a palavra “ecofisiologia”. Os Srs. **Marcelo Sampaio** e **Nelson Ananias** e a Sra.
234 **Fani Mamede** concordaram com a exclusão da diretriz. A Sra. **Fani Mamede** considerou que
235 Comissão deveria pensar muito bem ao definir, apoiar, e aprovar itens como esse, pois podem vir a
236 limitar ainda mais o acesso da agricultura, seja ela agricultura familiar ou do próprio agronegócio
237 sei lá ao crédito rural. A Sra. **Iolita Bampi** sugeriu que se votasse e caso a proposta fosse mantida,
238 se trabalharia para melhorar o texto. O Sr. **Rosalvo Júnior** esclareceu para a Sra. **Fani Mamede**
239 que não se tratava de limitar o processo de financiamento e sim de adotar prazo e financiamento
240 diferenciados. Votou-se então a proposta “considerar as condições edafoclimáticas e ecológicas dos
241 organismos na definição dos prazos e valores de financiamento”, sendo aprovada por sete votos a
242 seis. Voltou-se à discussão do item 11 e tentou-se fundi-lo ao 14, conservando a expressão “foco em
243 projetos ambientalmente sustentáveis”. O Sr. **Marco Pavarino** pediu pra que se resgatasse sua
244 solicitação de abstenção ao item 11, por não traduzir o que aquele item estava querendo dizer, que
245 era garantir a conservação e uso sustentável dos recursos naturais. O Sr. **Aladim Gomes** lembrou
246 a todos que o questionamento era melhorar a redação da proposta e não mudá-la. Se a Comissão não
247 tem condições dar outra então a proposta está aprovada, sugerindo deixar a decisão para o dia
248 seguinte para se pensar numa melhoria de redação. O Sr. **Bruno Walter** sugeriu uma redação 14
249 Bis, “foco em projetos ambientalmente sustentáveis, que não provoque a extinção de espécies e que
250 considerarem as especificidades da biodiversidade”. Discutiui-se a expressão “extinção de espécies”,
251 e tentou-se um consenso sobre a redação, porém, ficou-se de se discutir a referida diretriz no dia
252 seguinte. Na manhã do dia seguinte começou-se a reunião tratando do item 5 da pauta, sobre o
253 calendário de reuniões da CONABIO para 2008. O Sr. **Braulio Dias** listou as pendências
254 provenientes do ano de 2007 e as sugestões de temas para serem tratados em 2008. Os membros da
255 Comissão fizeram a proposição de vários outros temas. Quanto à questão das áreas prioritárias
256 levantada pela Sra. **Fani Mamede**, o Sr. **Braulio Dias** esclareceu que o MMA publicara no ano
257 passado sua atualização, que a nova atualização não precisaria começar de imediato e, que está
258 sendo discutido como gerar uma base de dados permanentes, sendo a atualização feita a cada cinco
259 anos. Com relação ao desmatamento da Amazônia, esclareceu que a ministra pediu aos vários
260 setores do Ministério que pensem em soluções, há curto prazo, na linha de pagamento do serviço
261 ambiental com solução para ajudar a conter o desmatamento. Disse ainda que o próprio Presidente
262 Lula está demandado que não adianta só comando controle, e que deve existir também incentivo
263 para reorientar a ocupação das pessoas, principalmente na Amazônia para outros tipos de atividades
264 que não causem esse impacto. O Sr. **Braulio Dias** informou que o PROBIO II era diferente do

265 primeiro, que trataria a continuidade de alguns temas, que o banco mundial já aprovava a assinatura
266 e que o MMA estava em vias de assinar o contrato para início de sua implementação. Foi
267 comentado sobre o pedido de inclusão do Instituto Chico Mendes na Comissão, e relembradas
268 solicitações anteriores do Ministério da Defesa e do Ministério de Minas e Energia e, sobre a
269 importância da paridade. A Sra. **Iolita Bampi** concordou que a PNAP era um assunto que precisava
270 ser retomado e que a CONABIO deveria ter um relato sobre inclusive como o Ministério pretende
271 dar continuidade ao programa. Quanto à estratégia de capacitação, o Sr. **Braulio Dias** disse que se
272 tratava de um tema que está sendo discutido no PANBIO e, que dependia do Sr. **Rosalvo Júnior**,
273 em parte, a velocidade que se consegue imprimir a essas discussões, para trazer para a Comissão
274 algum produto. Concordou que essa questão de capacitação era um tema importante, assim como a
275 Reforma Tributária e pagamento de serviços, questão de pacote verde, de pagamento de serviço
276 ambiental, dentre outros temas levantados e, que se teria que ver como acomodar isso dentro da
277 agenda do ano. Sugeriu que a Comissão avaliasse a relevância de cada item para a pauta o ano.
278 Considerou que a questão de fazer seminários e a questão de remeter alguns assuntos a Câmara
279 Técnica era outro caminho que poderia ser adotado. Falou sobre os temas ampliação da composição
280 da CONABIO, um relato sobre a implementação do plano nacional de áreas protegidas e que a
281 questão de uma estratégia para capacitação estava sendo tratada pelo PANBIO. Na votação, a
282 questão dos recursos hídricos e biodiversidade como tema prioritário recebeu 14 votos. A questão
283 dos resultados da Câmara Técnica de Biocombustíveis e Biodiversidade também recebeu 14 votos.
284 O plano nacional de coleções científicas recebeu 9 votos. A temática PAC e Biodiversidade recebeu
285 15 votos. A Sra. **Joênia Carvalho** questionou se a questão da sobreposição da UCs e terras
286 indígenas poderia entrar essa discussão. O Sr. **Braulio Dias** disse que a temática poderia ser tratada
287 junto com a PNAP. A questão das espécies ameaçadas de extinção, esperando-se aprovar nesse ano
288 a atualização da lista da flora ameaçada recebeu 13 votos. Quanto à comemoração dos cinco anos
289 da CONABIO, o Sr. **Miguel Guerra** sugeriu que seria um bom momento fazer um bom seminário
290 de nivelamento em alguns elementos que são inclusive conceituais e para começar a discutir alguns
291 temas relevantes do ponto de vista de seminários, trazendo algumas pessoas para falar de alguns
292 desses pontos temáticos. Em votação, a comemoração de aniversário da CONABIO recebeu 13
293 votos. A inclusão do Quarto relatório da CDB e o relatório da GEO Brasil biodiversidade também
294 recebeu 13 votos. A implementação da câmara das espécies exóticas invasoras recebeu 14 votos. Os
295 resultados da CT PANBIO na área de capacitação, indicadores e e-colegiados recebeu 16 votos. A
296 atualização de áreas prioritárias e biodiversidade recebeu apenas quatro votos. A preparação da
297 COP 9 e relatório da COP 9 recebeu 13 votos. A questão do pagamento de serviços ambientais e

298 Reforma Tributária recebeu 15 votos. O balanço dos resultados das atividades do PROBIO recebeu
299 oito votos, assim como a ampliação da composição da CONABIO. A discussão do PNAP recebeu
300 11 votos. Por sugestão dos membros os temas listados foram separados em duas categorias, temas
301 novos e continuidade. Após esse exercício, o Sr. **Braulio Dias** sugeriu retirar o item áreas
302 prioritárias, por ter sido pouco votado. Após uma discussão sobre a composição da Comissão o Sr.
303 **Wilson Loureiro** sugeriu que a temática fosse abordada durante a comemoração dos cinco anos da
304 CONABIO. O Sr. **Herbert Schubart** complementou que nesse seminário a Comissão poderia
305 contar com a presença dos novos, já que se falou em nivelamento. O Sr. **Braulio Dias** sugeriu que
306 nessa ocasião fosse feito um balanço dos cinco anos da Comissão, assim como o balanço do
307 PROBIO e questões de composição e de Regimento. Em seguida sugeriu circular para que os
308 membros ajudem a identificar encaminhamentos, por exemplo, se determinado tema que valeria a
309 pena ter em um seminário. Quanto a questão da COP 9, disse que seria explorada a idéia de uma
310 reunião extraordinária. Passou-se em seguida a palavra a Sra. **Márcia Chame** para explanar sobre a
311 questão da Serra da Capivara, visando um encaminhamento da Comissão para a problemática. Após
312 a explanação e questionamentos feitos pelos membros da Comissão, a Sra. **Márcia Chame** propôs
313 um modelo de encaminhamento da questão, no qual a CONABIO solicita que o corredor seja
314 implantado imediatamente como uma unidade de conservação permanente, onde os limites possam
315 ser expandidos, visto que em alguns lugares já existem estudos para isso, para preservação dos
316 sítios arqueológicos e uma unidade dessas espécies de jacaré. Quanto aos assentamentos, propôs
317 que os novos assentamentos sejam estabelecidos fora da área do entorno do parque. Foi acertado
318 que o encaminhamento correto seria uma moção e foi dada uma pausa para o almoço. No período
319 da tarde o texto da moção foi discutido parágrafo por parágrafo e, após ajustes e várias
320 contribuições dos membros, fechou-se um texto claro e enxuto, que foi aprovado por unanimidade.
321 Em seguida, o Sr. **Rosalvo Júnior** solicitou a palavra para tratar de dois temas, primeiro que fosse
322 dado um tempo a ser definido pela coordenação da CONABIO para que todos apresentem suas
323 sugestões de outro texto dos Fundos Constitucionais em relação aos que já estão colocados, para
324 que na próxima reunião a Comissão vote o texto guia da emenda a ser apresentado ao Ministério da
325 Integração em julho. Segundo, sugeriu a realização de uma reunião extraordinária para tratar da
326 questão das posições brasileiras, ou o que está sendo reunido com relação à COP 9. O Sr. **Braulio**
327 **Dias** disse quanto a questão das diretrizes do fundo do nordeste que ainda restava uma diretriz para
328 fechar e que o que desse para extrapolar para os demais fundos seria feito no que tange caráter
329 geral. Depois falou que existiam questões de prioridades e restrições com contribuições dos vários
330 membros e que ainda não haviam sido comentadas. Disse entender que o Sr. **Rosalvo Júnior**

331 propôs a decisão de um prazo para que os membros encaminhem seus comentários sobre essas
332 várias sugestões, dizendo com o que concordam ou não e dando alternativas de uso de expressões e
333 palavras para facilitar. Propôs consolidar esse texto e reenviá-lo antes da nossa próxima reunião,
334 para que se possa agilizar o tratamento dessa questão. A Sra. **Elisa Dezolt** sugeriu fazer uma
335 reunião da Câmara Técnica do PANBIO para tentar fechar um texto para ser colocado
336 posteriormente em votação para a Plenária. Após essa sugestão o Sr. **Braulio Dias** solicitou que
337 todos comentassem sobre todas as propostas identificando onde tem problemas ou dando sugestões
338 adicionais, conforme sugerido pelo Sr. Rosalvo Júnior e questionou os membros se achavam melhor
339 devolver esse texto com todas as observações para a Câmara Técnica do PANBIO e pedir para eles
340 fazerem uma consolidação tentando resolver problemas, para depois retornar à plenária. Com a
341 discussão sobre o melhor encaminhamento o Sr. **Braulio Dias** solicitou que todos analisassem os
342 documentos e as propostas de textos que foram sugeridas, dando um prazo para encaminhamento
343 desse material e, convocando em seguida uma reunião da câmara técnica do PANBIO para discutir
344 as sugestões. Seria informada a data e aberta para todos os membros que quiserem participar, se
345 aplicando também à recomendação do Aladim, de tentar consolidar as propostas, visto que às vezes
346 tem coisa repetitiva. Depois abriu para a discussão a segunda proposta feita pelo Sr. **Rosalvo**
347 **Júnior**. O Sr. **André Misi** esclareceu que a Divisão de meio ambiente convocará muito brevemente
348 as reuniões de coordenação para definir as posições do Governo Brasileiro na COP 9 e sugeriu
349 observar a data dessas reuniões de coordenação para marcar a reunião extraordinária da CONABIO.
350 O Sr. Aladim Gomes consultou sobre a possibilidade de aproveitar essa reunião para tratar também,
351 caso houvesse interesse da Comissão, a participação da CONABIO no Fórum Social Mundial. O Sr.
352 **Braulio Dias** disse que seria interessante saber como está a pauta do Fórum e que assuntos do
353 interesse dessa comissão estariam sendo tratados e solicitou ao Sr. Aladim Gomes que repassasse
354 essa informação à Comissão assim que possível. O Sr. **Braulio Dias** assumiu o de sua equipe
355 preparar um informe a todos sobre as reuniões preparatórias que ocorreram, sobre a reunião da
356 COP9, chamando atenção vários documentos disponíveis, particularmente de relatórios de reuniões
357 já ocorridas. A Sra. **Fani Mamede** reforçou a solicitação do Sr. Rosalvo Júnior no sentido de que a
358 reunião seja realizada pela CONABIO e que isso comece a ser uma prática, quanto à conferência
359 das partes da convenção de biodiversidade. O Sr. **Braulio Dias** chamou atenção para cuidado de se
360 respeitar o papel da CONABIO e o papel do Itamaraty, visto que a CONABIO tem uma missão,
361 uma competência específica de coordenar a implementação da convenção no país e o Itamaraty tem
362 a competência específica de coordenar as negociações internacionais. A Sra. **Ana Paula Leal**
363 reforçou a proposta da Sra. Fani Mamede dizendo achar importantíssimo que ocorra essa discussão

364 no âmbito da CONABIO, considerando que a realização das reuniões de coordenação no MRE não
365 são coisas excludentes e argumentando que esse exercício no âmbito da CONABIO poderia
366 amadurecer as propostas da Comissão e até suas argumentações para que na hora que formos às
367 reuniões do MRE, ressaltemos questões que não tem um cunho político tão evidente, mas que
368 tenham um caráter técnico muito forte e, que do ponto de vista da implementação da convenção, são
369 importantes para nós, apoiando a realização dessa reunião extraordinária. A proposta também foi
370 apoiada pela Sra. **Elisa Dezolt**. O Sr. **Braulio Dias** respondeu aos questionamentos feitos pela Sra.
371 Elisa Dezolt, dizendo que será realizada uma reunião para discutir os preparativos para a COP, com
372 a oportunidade de olhar quais foram os resultados de reuniões preparatórias como a do SUBSTA.
373 Com relação a organização de atividades e eventos durante a COP9, disse que poderia circular para
374 os membros a informação que o MMA dispõe sobre a organização, lembrando que agora é o
375 Governo da Alemanha que organiza a reunião com junto com o secretariado da convenção. Com
376 relação à provocação feita pelo Sr. Wilson Loureiro, o Sr. **Braulio Dias** que poderia encaminhar
377 através a lista de endereços de membros da CONABIO, a qual, poderia ser utilizada ao fazer
378 convocações dessas reuniões preparatórias organizadas pelo Itamaraty. Falou ainda que com relação
379 a participação na reunião existem duas formas de participar, como membro da delegação brasileira,
380 e nesse caso, se faz necessário uma manifestação da instituição junto ao Itamaraty para compor a
381 delegação brasileira, lembrando que a tradição do Itamaraty é de aceitar indicações de vários setores
382 do governo e da sociedade, com a preocupação de não ter uma delegação grande demais e difícil de
383 administrar. Outra possibilidade é participar como observador, onde a própria instituição pode se
384 inscrever, e para isso existem regras novas que foram adotadas na COP8, sendo necessário uma
385 manifestação por meio de um ofício do dirigente da instituição para o secretário executivo da
386 convenção em tempo hábil, manifestando o interesse de sua instituição participar dos trabalhos da
387 COP 9 e chamando atenção que a sua instituição tem por missão tratar inclusive de temas ligados a
388 biodiversidade. O Sr. **André Misi** esclareceu que os órgãos enviam representantes individualmente
389 na comunicação que vai sair do Itamaraty convocando para as reuniões de coordenação, sendo
390 indagado o interesse de enviarem representantes para compor a delegação, seja como delegado, seja
391 como delegado observador. A partir dessa comunicação os órgãos interessados se manifestam se
392 têm interesse ou não de enviarem um representante para compor a delegação. O Sr. **Braulio Dias**
393 lembrou o fato do Itamaraty não possuir recursos previstos, sendo que cada órgão tem que arcar
394 com o custeio das despesas de viagem do seu representante. Se propôs a circular as informações
395 assim que forem disponibilizadas, caminhando na direção de trabalhar articuladamente com o
396 Itamaraty, para que tudo o que foi discutido pela Comissão possa ser bem aproveitado nas

396 deliberações finais do Itamaraty. Concluiu que ao se viabilizar essa reunião extraordinária, se
397 valoriza a comissão e seus membros, dando a oportunidade de todos se envolverem no processo,
398 contribuindo com sugestões para construção da posição brasileira. Voltou-se a discussão da diretriz
399 11, lembrando a redação que fora aprovada. O Sr. **Braulio Dias** sugeriu uma redação utilizando a
400 sugestão do Sr. Marco Pavarino e agregando à redação da diretriz 14, ficando, “foco em projetos
401 ambientalmente sustentáveis, que não provoque extinção de espécies” “... e que considere as
402 especificidades da biodiversidade em todas as áreas de atuação do fundo”. Explicou que essa
403 redação foi uma tentativa de torná-la mais positiva, considerando elementos que estavam presentes
404 na versão anterior e fugindo daquela formulação de impactos negativos permanentes. O Sr. **Rosalvo**
405 **Júnior** sugeriu substituir a expressão “ou impactos negativos permanentes” por impactos
406 irreversíveis na biodiversidade. Aproveitando a redação da diretriz 11 Bis 3 “considerar as
407 especificidades da biodiversidade em todas as áreas de atuação do fundo”, sugeriu uma nova
408 redação agregando os elementos “foco em projetos que não provoquem a extinção das espécies...”,
409 “Extinção das espécies ou impactos irreversíveis na biodiversidade”, e “considerando as
410 especificidades da biodiversidade em todas as áreas de atuação do fundo”. A Sra. **Iolita Bampi**
411 defendeu a proposta Bis 2. O Sr. **Braulio Dias** apoiou a proposta da Sra. Iolita Bampi,
412 considerando-a mais simples e clara, seguido da Sra. **Sônia Dietrich**. A proposta Bis 2 foi votada e
413 aprovada por 12 votos, fechando a diretriz. A Sra. **Sônia Dietrich** lembrou que com isso, a
414 Comissão anulou a decisão anterior em relação à 11 e à 14, porque juntou-se as duas. O Sr. **Braulio**
415 **Dias** concordou e disse que foi fechado então um conjunto de diretrizes consensual. Informou que
416 a secretaria executiva iria limpar esse texto e extrapolar para os demais fundos. Feita essa
417 consolidação, o texto seria encaminhado a todos os membros dando-se um prazo para
418 encaminharem as suas observações e críticas, particularmente identificando onde existem maiores
419 dificuldades com relação às várias sugestões de texto. Depois disse que seria convocada uma
420 reunião do PANBIO, dando oportunidade para todos participarem dessa reunião e, informou que o
421 texto voltará à pauta da Comissão na reunião que ocorrerá em junho. Fechado o assunto dos Fundos
422 Setoriais, o Sr. **Braulio Dias** passou algumas informações e entrou no item de assuntos gerais.
423 Primeiro lembrou a todos da reunião de consulta nacional à comunidade científica sobre
424 mecanismos de avaliação científica para subsidiar tomadas de decisões políticas, ocorrida no final
425 de novembro em Brasília, fazendo um breve relato. Informou que as recomendações giraram
426 principalmente em termos da necessidade do país ser dotado de um programa de pesquisa em
427 biodiversidade de longo prazo e sobre outra idéia de se criar algum canal de comunicação
428 permanente entre a Academia Brasileira Senso Lato e o Governo. Solicitou aos membros que

428 enviem suas observações a cerca desse relatório. O Sr. **Rosalvo Júnior** reafirmou a importância
429 dada pela Comissão à temática de capacitação. Depois o Sr. **Braulio Dias** informou sobre a resposta
430 da FUNAI à solicitação da CONABIO sobre empreendimentos do PAC e áreas com populações
431 indígenas isoladas. A Sra. **Joênia Carvalho** sugeriu que nessas reuniões da CONABIO fosse
432 convidado alguém da FUNAI para falar não somente sobre índios isolados, mas também de outras
433 terras indígenas, inclusive que estejam previstas no mapa como áreas protegidas, que estariam
434 inseridas no PAC. Também sugeriu enviar documentos e ofícios no mesmo sentido em relação ao
435 Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que talvez que trabalhe com infra-estrutura.
436 Solicitou que seja enviado o resultado desse mapeamento que o Ministério do Meio Ambiente está
437 fazendo em relação à entrada no pedido de licenciamento ambiental. O Sr. **Braulio Dias** disse que
438 poderia-se solicitar à FUNAI que venha participar de uma próxima reunião da Comissão onde seja
439 discutido esse assunto e pediu para a COIAB e demais membros que ajudassem a identificar que
440 aspectos não estão suficientemente respondidos pela FUNAI e que poderiam ser indicados nesse
441 convite. Disse que seria passado aos membros uma circular informando o endereço das palestras
442 relativas ao PAC, no âmbito da CONABIO. O Sr. **Braulio Dias** passou para os assuntos gerais e
443 solicitações feitas pela Comissão, sobre a Câmara Técnica de Biocombustíveis e Biodiversidade, a
444 questão de crédito agrícola e ações de prevenção e combate ao desmatamento, a audiência pública
445 sobre acesso e repartição de benefício em relação a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais
446 e a Reforma Tributária. Falou-se sobre a questão do desmatamento na Amazônia e o Sr. Braulio
447 Dias sugeriu ao Sr. **Rosalvo Júnior** que solicitaria que dois outros setores do Ministério, além da
448 Diretoria de Floresta, a Diretoria de Economia Ambiental e a Diretoria de Zoneamento Ecológico-
449 Econômico, que eles se envolvam também e forneçam mais alguns aportes para essa discussão. O
450 Sr. **Wilson Loureiro** falou sobre a questão da Reforma Tributária e que gostaria de disponibilizar
451 um texto sobre o estado da arte do ICMS Ecológico no Brasil, estado por estado para os membros
452 da Comissão. O Sr. **Braulio Dias** disse que havia conversado com a Celeste, diretora do DPG e que
453 ela está fechando um pequeno informe para o CGEN sobre o processo de consulta da repartição de
454 benefício dos recursos genéticos. Falou que ela poderia compartilhar com a Comissão e que
455 encaminharíamos esse informe para todos os membros assim que estiver disponível. Foi realizada
456 uma breve despedida pela saída do Sr. **Herbert Schubart** da CONABIO e a reunião foi encerrada.
457 Por solicitação do presidente da mesa, eu, **Érica Frazão Pereira**, lavrei a presente ata.

458

459

460 Maria Cecília Wey de Brito
461 Presidente

Bráulio Ferreira de Souza Dias
Secretário-Executivo